

Processo Administrativo nº: 2026000258

UASG: 933596

EDITAL DE LICITAÇÃO
RETIFICADO
PREGÃO ELETRÔNICO
PARA FORMAÇÃO DE
REGISTRO DE PREÇOS
Nº 90010/2026

Objeto: Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de **ar condicionado e climatização**, incluindo o serviço de instalação integrada, compreendendo o a execução de fornecimento com serviço associado de todos os materiais, insumos, suportes, tubulações, adequações elétricas necessárias, mão de obra especializada e demais itens indispensáveis ao pleno funcionamento dos equipamentos, novos, de primeiro uso, com garantia e demais condições aqui estabelecidas, destinados a atender às demandas da **Secretaria Municipal de Promoção e Ação Social** e dos órgãos a ela vinculados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Informações e/ou solicitação de esclarecimento ao Edital de Licitação e seus anexos deverão ser enviados única e exclusivamente para o e-mail: sec.provisao@catalao.go.gov.br ou através de campo próprio do Sistema Eletrônico - <http://www.comprasnet.gov.br/>.

Impugnações, Recursos e Contrarrazões deverão ser enviados única e exclusivamente através de campo próprio do Sistema Eletrônico - <http://www.comprasnet.gov.br/>.

Todos os atos referentes ao processo serão disponibilizados no Sistema Eletrônico - <http://www.comprasnet.gov.br/> e no Site da Prefeitura Municipal de Catalão - www.catalao.go.gov.br.

Não serão repassadas informações a respeito do certame por telefone.

ÍNDICE

1. Do Objeto;
2. Da Dotação Orçamentária;
3. Do Pedido de Esclarecimento, Impugnação ao Edital e Recurso Administrativo;
4. Do Credenciamento;
5. Da Participação na Licitação;
6. Da Apresentação da Proposta Comercial Preliminar;
7. Da Abertura da Sessão Pública, Classificação das Propostas e Formulação de Lances;
8. Do julgamento das Propostas;
9. Da Aceitabilidade da Proposta Ajustada ao Último Lance;
10. Da Documentação Habilitatória;
11. Da Declaração da Licitante Vencedora e Recebimento da Proposta Comercial Definitiva;
12. Da Reabertura da Sessão Pública;
13. Da Adjudicação e Homologação;
14. Do Sistema de Registro de Preços
15. Da Ata de Registro de Preços
16. Formalização da Ata de Registro de Preços
17. Alteração dos Preços registrados e cancelamento da Ata e do Preço registrado
18. Das Sanções Administrativas
19. Das Disposições Gerais

ANEXOS

- I** – Termo de Referência;
- II** – Modelo de Proposta de Preços;
- III** – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- IV** – Cadastro de Reserva

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. DO PREÂMBULO:

| | |
|---|---|
| PROCESSO: | 2026000258 |
| INTERESSADO: | Fundo Municipal de Assistência Social |
| MODALIDADE DA LICITAÇÃO: | Pregão Eletrônico. |
| TIPO DA LICITAÇÃO: | Menor preço por Item |
| JULGAMENTO: | Menor preço por Item |
| REGIME DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO: | Parcelada, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e anexos. |
| OBJETO: | Registro de Preços para FUTURA e EVENTUAL aquisição de equipamentos de ar condicionado e climatização , incluindo o serviço de instalação integrada, compreendendo o a execução de fornecimento com serviço associado de todos os materiais, insumos, suportes, tubulações, adequações elétricas necessárias, mão de obra especializada e demais itens indispensáveis ao pleno funcionamento dos equipamentos, novos, de primeiro uso, com garantia e demais condições aqui estabelecidas, destinados a atender às demandas da Secretaria Municipal de Promoção e Ação Social e dos órgãos a ela vinculados, visando assegurar condições adequadas de conforto térmico aos servidores e ao público atendido, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos. |
| INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | |
| DATA DA ABERTURA E JULGAMENTO: | 17 / 04 / 2026 |
| HORÁRIO: | 08:30h/min |
| PREGOEIRA | SYNARA DE SOUSA LIMA COELHO |
| LOCAL: | Informações e/ou solicitação de esclarecimento ao Edital de Licitação e seus anexos deverão ser enviados única e exclusivamente para o : e-mail: sec.provisao@catalao.go.gov.br ou através de campo próprio do Sistema Eletrônico http://www.comprasnet.gov.br/ . Não serão repassadas informações a respeito do certame por telefone. |

| | |
|--|---|
| DISPONIBILIDADE DO EDITAL E ANEXOS: | Departamento de Licitações e Contratos, nos horários compreendidos entre 08:00h às 13:00h e das 15:00h às 17:00h ou no endereço eletrônico: < http://www.catalao.go.gov.br/ > |
| MODO DE DISPUTA | ABERTO |

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O **MUNICÍPIO DE CATALÃO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.505.643/0001-50, por meio da Secretaria de Provisão e Suprimentos, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ: 17/04/2026 às 08:30 h./min. - Horário de Brasília.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 17/04/2026 às 08:30 h./min. - Horário de Brasília.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item

MODO DE DISPUTA: Aberto.

INTERVALO DE LANCES: 5% (CINCO por cento) *O lance ofertado deverá ser apresentado com precisão de até 2 (DUAS) casas decimais (até 2 (DUAS) dígitos após a vírgula).

APLICAÇÃO DE COTAS: SIM

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: <http://www.comprasnet.gov.br/>.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: O certame será processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Municipal n.º 1.877, de 20 de março de 2023, Instrução Normativa SEGES/ME N.º 73, de 30 de setembro de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME N.º 79, de 12 de setembro de 2024, Instrução Normativa TCM/GO n.º 0009/2023 e da legislação complementar aplicável.

OBSERVAÇÃO: Em caso de eventual diferença entre as especificações do objeto descritas no “Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)” e as especificações constantes neste Edital de Pregão Eletrônico, prevalecerão as últimas especificações.

1. DO OBJETO

1.1. Formação de Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de equipamentos de **ar condicionado e climatização**, incluindo o serviço de instalação integrada, compreendendo o a execução de fornecimento com serviço associado de todos os materiais, insumos, suportes, tubulações, adequações elétricas necessárias, mão de obra especializada e demais itens indispensáveis ao pleno funcionamento dos equipamentos, novos, de primeiro uso, com garantia e demais condições aqui estabelecidas, pelo período de 12 (doze) meses, a fim de atender as necessidades e demandas da Secretaria Municipal de Promoção e Ação Social e demais órgãos vinculados a essa secretaria como CRAS, CREAS, Morada da Criança, Abrigo do idosos e Cad único, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste

instrumento e seus anexos.

1.2. A licitação é composta por 3 (TRÊS) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. Tendo em vista que nem todos os itens licitados possuem especificação e unidade de medida junto ao Sistema Comprasnet, em conformidade com Edital, registra-se que a descrição exata do objeto e sua unidade de medida é a contida no Termo de Referência, portanto, as licitantes deverão observar ao termo de Referência para elaboração da proposta de preços.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Catalão, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2026.

Dotação Orçamentária: 14.1401.08.122.4300.4020.449052

Projeto Atividade: Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSO ADMINISTRATIVO

Pedido de Esclarecimento e Impugnação ao Edital

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidades na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.2.1. Caso a Administração não responda a impugnação ou o pedido de esclarecimento no prazo supracitado, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

3.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, pelo Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, alternativamente, caso o Sistema retro citado estiver instável, encaminhar para o e-mail eletrônico sec.provisao@catalao.go.gov.br, (solicitar a confirmação do recebimento por parte da Secretaria de Provisão e Suprimentos – Departamento de Pregões, para caracterizar a validade processual do ato).

3.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

3.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

Recurso Administrativo

3.6. A interposição de recurso referente ao juízo das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. Será concedido o prazo de 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do Sistema, sob pena de preclusão.

- 3.6.2.** O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do Sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na Plataforma Compras.gov.br.
- 3.7.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a presença de pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação) para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 3.8.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 3.9.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 3.10.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contado da data da intimação ou de lavratura da ata, conforme previsão no artigo 165 da Lei n.º 14.133/2021.
- 3.11.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 3.12.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 3.13.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 3.14.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 3.15.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1.** O credenciamento é a condição para formulação de lances e praticar todos os atos neste Pregão, que se dará pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, obtida no site www.comprasnet.gov.br.
- 4.2.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema da licitação ou da Administração por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.4.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 5.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (o cadastro no SICAF – Sistema de

Cadastramento Unificado de Fornecedores deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compra/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

5.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à

Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização, de acordo com as orientações que seguem no link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/sicaf-digital>.

5.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Administração a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.2. Será 3 itens ao total, cuja participação será com reserva de cotas para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, respeitando o tratamento favorecido (direito ao desempate – empate ficto e prazo especial para a regularização fiscal) às entidades de menor porte, caso essas apresentem propostas iguais ou de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e apresentada por entidade de médio ou grande porte.

5.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante declarar a observância desse limite referente a essa licitação, conforme previsto no art. 4º, parágrafo 3º da Lei n.º 14.133/2021.

5.3. Não poderão disputar esta licitação:

5.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

- 5.3.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;
- 5.3.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 5.3.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4.** O impedimento de que trata o item **5.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 5.5.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **5.3.2** e **5.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 5.6.** O disposto nos itens **5.3.2** e **5.3.3** não impedem a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 5.7.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 5.8.** A vedação de que trata o item **5.3.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 5.9.** Não será admitida a participação de cooperativa na licitação, em razão de a execução do objeto envolver além do fornecimento de bens, a prestação de serviços técnicos de instalação, com necessidade de organização operacional e responsabilidade técnica, características incompatíveis, no caso concreto, com o regime cooperativa.
- 5.10.** Não será admitida a participação de empresas em consórcio, tendo em vista que o objeto da contratação é simples e pode ser executado por empresa individualmente, não havendo necessidade de capacidades técnicas.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL PRELIMINAR

- 6.1.** Os Licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado, preço, marca, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, eis Menor Preço, até o dia 17/04/2026 e o horário 08:30 hr/min, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa informação.
- 6.2.** O Licitante cadastrará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.2.1.** valor da proposta de preço por item licitado (o Licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o preço unitário de cada item, observados o quantitativo e a unidade do objeto a ser contratado, conforme o Anexo I – Termo de Referência) Ainda, os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerando até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste Edital, em especial o frete, tributos e

encargos sociais.

- 6.2.2.** Descrição Complementar do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, sem identificação da empresa licitante (a nãoidentificação citada trata-se do lançamento – cadastramento no Sistema de Compras, na proposta encaminhada via anexo, na fase de julgamento, deverá constar todos os dados pleiteados no termo de referência, além dos dados de identificação da empresa licitante).
- 6.3.** Para o adequado cadastramento da proposta, o licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.
- 6.4.** Para cada item, o Licitante deverá cotar, 100% (cem por cento) do seu quantitativo total.
- 6.5.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para a Administração.
- 6.6.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.
- 6.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação;
- 6.8.1.** Poderá ser solicitado ao licitante a prorrogação do prazo de validade da Proposta por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido.
- 6.9.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, **sob pena de inabilitação**, que:
- 6.9.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 6.9.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 6.9.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 6.9.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.10.** Falsidade da declaração de que trata os itens **6.10** ou **6.11** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 6.11.** Quando do cadastramento da proposta, o licitante poderá parametrizar o seu valor final, obedecendo às seguintes regras:
- 6.11.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- 6.11.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no Sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no Sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

6.12.2. O valor final mínimo parametrizado na forma do item **6.13** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão promotor da Licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.13. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

Da Abertura da Sessão Pública

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados, eis dia 17/04/2026, horário às 08:30 hs/min.

7.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

7.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

7.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>

7.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

Do Início da Disputa e Formulação de Lances

7.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.8. O lance deverá ser ofertado referente ao valor unitário.

7.9. **O lance ofertado deverá ser apresentado com precisão de até 2 (duas) casas decimais (até 2 (duas) dígitos após a vírgula).**

7.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 5 % (cinco por cento).

7.11. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.12. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.13. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.14. O Pregoeiro poderá durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance (valor irrisório) que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

7.14.1. Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item acima, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

7.15. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

7.15.1. No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro, observadas as regras estabelecidas neste edital.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Empate Ficto – previsão nos Artigos 44 e 45 da Lei n.º 123/06

7.18. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

7.19. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada (trata-se do empate ficto).

7.20. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

7.22. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto.

Empate - previsão no Artigo 60 da Lei n.º 14.133/21

7.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.24.1. disputa final, hipóteses em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.24.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.24.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.24.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.25. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar n.º 123/2006, sucessivamente, aos bens produzidos por:

7.25.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, nos casos de licitação realizada por órgão ou entidade do Município, no território do Estado em que este se localize;

7.25.2. empresas brasileiras;

7.25.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187 de 29 de dezembro de 2009.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.2. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação e quanto à adequação ao objeto, conforme definido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

8.2.1. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, conforme previsto neste Edital.

8.3. Caso a situação de empate persista após a aplicação do que está disposto no item **7.25.1**, os demais critérios de desempate serão utilizados somente depois do julgamento de conformidade das propostas dos licitantes empatados, nos seguintes termos:

I – A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada, assim consideradas, inclusive, as propostas empatadas na hipótese prevista no caput (item **8.3**);

8.4. Após a verificação da conformidade das propostas, persistindo o empate, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados por meio do Sistema, vedado qualquer outro processo (IN SEGES/MGI n.º 79, de 12 de setembro de 2024 altera a Instrução Normativa n.º 73, de 30 de setembro de 2022, para prever a hipótese de sorteio.)

Da Negociação

8.5. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei n.º 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante mais bem classificado, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.6. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes (quando o licitante recebe a notificação com o valor proposto pelo Pregoeiro e sua devida justificativa – momento em que deverá aceitar ou recusar a proposta do Pregoeiro).

8.7. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do Sistema, respeitada a ordem de classificação.

Do Registro da Intenção de Recurso

8.8. Após o término do julgamento das propostas, o Sistema automaticamente concederá o prazo de 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do Sistema, sob pena de preclusão.

8.8.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do Sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na Plataforma Compras.gov.br.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA AJUSTADA AO ÚLTIMO LANCE

9.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente vencedor o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo II desse Edital – Modelo de Proposta, devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail sec.provisao@catalao.go.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

9.1.2. O prazo para envio da proposta é de, no máximo 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado por igual período e motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte do licitante.

9.1.2.1. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, o licitante será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

9.1.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.1.4. Dentre os documentos obrigatórios de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do objeto ofertado, tais como marca, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.1.5. A proposta será desclassificada quando:

- a) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- b) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação (No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela

Administração. A inexecuibilidade pontuada, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e/ou inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta);

- c) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração e
- d) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.2. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea “b” acima.

9.3. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares a proposta, sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

9.4. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

9.5. São considerados vícios sanáveis, entre outros, os defeitos materiais atinentes à descrição do objeto da proposta e suas especificações técnicas, incluindo aspectos relacionados à execução do objeto, às formalidades, aos requisitos de representação, às planilhas de composição de preços, à inexecuibilidade ou ao valor excessiva de preços unitários quando o julgamento não é realizado sob o regime de empreitada por preço unitário e, de modo geral, aos documentos de conteúdo declaratório sobre situações pré-existentes, desde que não alterem a substância da proposta.

9.6. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA

10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, podendo abranger o nível I ao VI, do cadastro de pessoa física e a documentação especificada neste Edital.

10.2.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, em relação àqueles solicitados pelo Pregoeiro, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, parágrafo 1º, da Lei Complementar n.º 123/2006.

10.3. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo dos licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

10.4. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública. Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, o licitante, na condição de vencedor, assim que solicitado pelo Pregoeiro, deverá apresentar a documentação comprobatória atualizada dos seguintes requisitos de habilitação:

Habilitação Jurídica:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas

Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

- b)** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
- c)** No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- d)** No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde por, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- e)** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- f)** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
- g)** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
- b)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c)** Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
- d)** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f)** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- g)** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- h)** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

Qualificação Técnica:

Para fins de comprovação da qualificação técnica, deverão ser apresentados:

10.4.1. Atestado de Capacidade Técnica

- Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da presente contratação, especialmente quanto ao fornecimento e instalação de aparelhos de ar-condicionado do tipo split.
- Os atestados deverão demonstrar experiência anterior compatível com a natureza e complexidade do objeto, admitindo-se a comprovação por meio de um ou mais documentos, vedada a exigência de identidade absoluta de quantitativos.

10.4.2. Registro da Empresa

- Comprovação de registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Federal dos Técnicos Industriais

- (CFT), conforme a legislação aplicável.

10.4.3. Responsável Técnico

- Indicação de responsável técnico devidamente habilitado, com formação compatível com o objeto da contratação, devendo ser comprovado seu vínculo com a empresa licitante.

10.4.4. Registro do Responsável Técnico

- Comprovação de registro ou inscrição do responsável técnico no CREA ou no CFT, conforme a legislação aplicável.

10.4.5. Capacidade Técnico-Profissional

Comprovação de que o responsável técnico indicado possui experiência na execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação.

10.5. Os documentos exigidos neste item que não estejam contemplados no SICAF ao tempo Edital da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

10.5.1. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, desde que atestem condição pré-existente à época da abertura do certame ou atualizem documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo tal prazo ser alargado por igual período e motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte do licitante.

10.5.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.5.3. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, o licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.6. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

10.6.1. Havendo dúvida razoável quanto a autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

10.6.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para Rua Nassin Agel, n.º 505 - Bairro Centro, Catalão - Goiás, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

10.7. Os documentos de habilitação deverão se referir a empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

10.7.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.7.2. Os documentos relativos as habilitações técnicas poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

10.8. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade/fé pública conforme IN SEGES/ME nº73/2022.

10.9. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista,

será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

10.9.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, do Contrato ou Instrumento equivalente, ou revogar a licitação.

10.10. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

10.10.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

10.11. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de "Ocorrências Impeditivas Indiretas" em relação a primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, "e", e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

10.11.1. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características: a) identidade dos sócios; b) atuação no mesmo ramo de atividades; c) data de constituição da nova empresa posterior a data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade; d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos; e) identidade ou proximidade de endereço dos estabelecimentos; f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

10.11.2. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no "chat", as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará o licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo o licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

10.11.3. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender o licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração: a) inabilitará o licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração; b) relatará o fato a autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização do licitante pela prática de comportamento inidôneo.

11. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA E RECEBIMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL DEFINITIVA

11.1. Constatado que o licitante detentor da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, será declarada vencedora.

11.2. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no Sistema eletrônico e deverá:

I - ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem

emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

II – conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

11.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam a contratada.

11.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

11.6. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital.

11.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.9. Será disponibilizado um link para consulta de pasta zipada com os documentos habilitatórios no Quadro de Avisos.

Registro da Intenção de Recurso

11.10. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte (se houver), o Sistema automaticamente concederá o prazo de 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do Sistema, sob pena de preclusão.

11.10.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do Sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na Plataforma Compras.gov.br.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos procedimentais praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, observado o disposto no art. 71 da Lei n. ° 14.133/21.

14. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

14.1.1. A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

14.1.2. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade, da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos, que não tenha participado do certame licitatório, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

14.1.3. O beneficiário do registro de preços, após a convocação formal por parte do órgão gerenciador do sistema, manifestará interesse em atender ou não à nova solicitação de acréscimo, desde que não comprometa o fornecimento das quantidades já registradas.

14.1.4. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o item **14.1.2** não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

14.1.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o item 14.1.2 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.1.6. Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

14.1.7. Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

14.2. Os Órgãos participantes do procedimento licitatório formalizarão seu pedido de fornecimento por meio de nota de empenho.

14.3. A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo –lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

14.4. Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento dos bens, observadas as condições do Termo de Referência e da própria Ata de Registro de Preços.

14.5. As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

14.6. É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na

ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. O registro de preços será formalizado pela Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo III.

15.1.1. A ata de registro de preços poderá ser formalizada com mais de um fornecedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação (cadastro reserva), na Ata de Vencedores do certame, que foi firmada mediante prévia negociação de aceitabilidade de cotação do objeto em preço igual ao do licitante vencedor.

15.2. A Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

15.3. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

15.4. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

15.5. A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

15.6. A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1. As Atas de Registro de Preços serão firmadas entre a Administração e as licitantes vencedoras.

16.1.1. Serão incluídos na Ata de Registro de Preços os licitantes que aceitarem cotar os bens em preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, bem como do licitante que mantiver sua proposta original, conforme o inciso VI do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

16.3. A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se a Administração o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.

16.4. As licitantes remanescentes convocadas na forma do item anterior, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades previstas pela recusa em assinar a Ata de Registro de Preços.

17. ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

17.1. Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua eventual atualização,

voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos materiais de consumo.

17.2. Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

17.2.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a unidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

17.2.1.1. Caso o fornecedor não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

17.2.1.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do item anterior, a unidade gerenciadora deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 2º do art. 98, do Decreto Municipal nº 1.877/23.

17.2.1.3. Não havendo êxito nas negociações, a unidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do art. 99, parágrafo 4º, do Decreto Municipal nº 1.877/2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17.2.1.4. Caso haja a redução do preço registrado, a unidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observadas as disposições da Lei nº 14.133/21.

17.2.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa detentora da ata, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do fornecimento do produto ou execução do serviço.

17.3. A unidade gerenciadora poderá cancelar o registro de preços do detentor, total ou parcialmente, observados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) descumprimento parcial ou total, por parte do detentor, das condições da ARP;
- b) quando o detentor não atender à convocação para firmar as obrigações contratuais decorrentes do registro de preços, não retirar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo órgão ou Administração;
- c) nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato decorrente da ARP; nas hipóteses dos preços registrados não estiverem compatíveis com os praticados no mercado e o detentor se recusar a adequá-los na forma solicitada pelo órgão ou pela Administração;
- d) por razões de interesse público, devidamente comprovado em processo administrativo próprio;
- e) por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
- f) quando o detentor for suspenso ou impedido de licitar e contratar com a administração municipal;

g) quando o detentor for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública;

h) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a administração;

i) por ordem judicial.

17.3.1. A notificação do órgão ou da Administração para o cancelamento do preço registrado será enviada diretamente ao detentor da ARP por ofício, correspondência eletrônica ou por outro meio eficaz, e no caso da ausência do recebimento, a notificação será publicada nos Diários Oficiais União, Estado ou Município, bem como em jornal diário de grande circulação, por interpretação analógica ao art. 112, inciso II do Decreto Municipal n.º 1.877/2023.

17.3.2. A solicitação do detentor para cancelamento do registro de preço deverá ser formulada por escrito, assegurando -se o fornecimento do bem registrado ou da prestação do serviço, por prazo mínimo de quarenta e cinco dias, contados a partir da comprovação do recebimento da solicitação do cancelamento, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificada e aprovada pela unidade gerenciadora.

17.3.3. O detentor poderá solicitar o cancelamento do preço registrado na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, bem como nas hipóteses compreendidas na legislação aplicável a que venham comprometer o fornecimento do bem ou prestação do serviço.

17.3.4. O cancelamento da ARP não afasta a necessidade de apuração de responsabilidade do detentor, quando este der causa ao cancelamento.

17.4. Seguindo o Decreto Municipal n.º 1.877/2023, art. 99, parágrafo 3º, não havendo êxito nas negociações nas hipóteses do preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não tenha condições de cumprir os termos e condições da ARP, caso a elevação dos preços no mercado tenha sido decorrente de fatos supervenientes e circunstâncias excepcionais devidamente comprovadas, poderá o órgão gerenciador promover a alteração dos preços registrados na ARP, desde que observadas as seguintes condições:

I – que o objeto da ARP configure bem ou serviço imprescindível para a Administração;

II – a apresentação de justificativa robusta e contextualizada da repercussão superveniente e relevante na cadeia de produção dos bens e serviços, afetando a formação de preços no mercado relevante;

III – seja realizada pesquisa de preços demonstrando a atualidade dos valores praticados no mercado;

IV – seja realizada dentro dos parâmetros e dos limites estabelecidos nos art. 124 e 125 da Lei n.º 14.133/2021.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à contratada as seguintes sanções:

I) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das

obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

II) Multa de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida em caso de atraso no fornecimento e/ou fornecimento parcial do pedido, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Secretaria, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme a infração e o respectivo grau detalhado nas tabelas 1 e 2, abaixo; e

c) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “IV” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

18.4. As sanções previstas nos subitens “I”, “III”, “IV” e “V” poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|-------------|--|
| 1 | 0,1% ao dia sobre o valor do contrato de fornecimento ou outro instrumento de contratação. |
| 2 | 0,2% ao dia sobre o valor do contrato de fornecimento ou outro instrumento de contratação. |
| 3 | 0,4% ao dia sobre o valor do contrato de fornecimento ou outro instrumento de contratação. |
| 4 | 0,8% ao dia de atraso sobre o valor do contrato de fornecimento ou outro instrumento de contratação. |
| 5 | 1,6% ao dia sobre o valor da parcela inadimplida do contrato de fornecimento ou outro instrumento de contratação |
| 6 | 2,8% sobre o valor do(s) item(s) do contrato de fornecimento ou outro instrumento de contratação. |
| 7 | 3,2% sobre o valor remanescente do contrato de fornecimento ou outro instrumento de contratação. |

Tabela 2

| INFRAÇÃO | | |
|-----------------|--|-------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência; | 06 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento de produto objeto da avença, por pedido de fornecimento; | 05 |
| 3 | Não manter as condições de habilitação exigidas no Edital de Licitação que norteou a contratação | 2 |
| 4 | Rescisão do contrato de fornecimento ou outro instrumento de contratação, motivado por falha cometida pela empresa apurada em processo administrativo de apuração de responsabilidade | 7 |
| 5 | Rescisão unilateral do contrato de fornecimentos ou outro instrumento de contratação, por parte da empresa contratada | 7 |
| 6 | Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do gestor e/ou equipe de fiscalização do contrato por ocorrência | 3 |
| 7 | Deixar de cumprir quaisquer obrigações do Edital e seus Anexos, não previstas nesta Tabela de multas, após a reincidência formalmente notificada pelo gestor e/ou equipe de fiscalização do contrato, por pedido de fornecimento e/ou por ocorrência | 1 |

18.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

18.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

18.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, e quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

18.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à

Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente na Administração.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item constante no catálogo do sistema **Compras.gov.br** e as disposições contidas neste **Termo de Referência**, **prevalecerão as disposições deste Termo de Referência.**

19.9. O Edital e seus anexos estão disponibilizados, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras/pt- <https://www.catalao.go.gov.br/transparencia/documentos/licitacao>.

19.9.1. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço da Administração, eis: Rua Nassin Agel, n. ° 505, Bairro Centro, Catalão-Goiás, na Secretaria de Provisão e Suprimentos, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 16 horas.

19.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência
- b) Anexo II - Modelo de Proposta de Preços
- c) Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços

Catalão-GO, 31 de março de 2026.

Edital elaborado por: **Fernanda Porto Moreira**
Agente de Contratação – Decreto Municipal n. ° 1364
Secretaria de Municipal de Promoção e Ação Social
Município de Catalão – Goiás

Edital aprovado por: **Neusimar Teodora da Silva Rios**
Secretário (a) de Municipal de Promoção e Ação Social
Gestor (a) do Fundo Municipal de Promoção e Ação
Social Município de Catalão – Goiás

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO PROPOSTA

1.1. O presente **Termo de Referência** tem por objeto a aquisição de equipamentos de **ar condicionado e climatização**, incluindo o serviço de instalação integrada, compreendendo a execução de fornecimento com serviço associado de todos os materiais, insumos, suportes, tubulações, adequações elétricas necessárias, mão de obra especializada e demais itens indispensáveis ao pleno funcionamento dos equipamentos, novos, de primeiro uso, com garantia e demais condições aqui estabelecidas, destinados a atender às demandas da **Secretaria Municipal de Promoção e Ação Social** e dos órgãos a ela vinculados, tais como **CRAS, CREAS, Morada da Criança, Abrigo do Idoso e Cadastro Único**, visando assegurar condições adequadas de conforto térmico aos servidores e ao público atendido, pelo período de 12 (doze) meses.

1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item constante no catálogo do sistema **Compras.gov.br** e as disposições contidas neste **Termo de Referência**, **prevalecerão as disposições deste Termo de Referência**.

1.3. O objeto da presente contratação consiste no fornecimento de aparelhos de ar-condicionado, novos, de primeiro uso, com instalação inclusa, caracterizando-se como bens comuns com serviço associado, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021.

Para fins de adequada definição do regime jurídico aplicável, estabelece-se que a presente contratação possui natureza predominantemente de fornecimento de bens, considerando que o valor econômico principal está vinculado aos equipamentos, sendo os serviços de instalação acessórios e indispensáveis ao pleno funcionamento dos itens adquiridos.

Dessa forma, adota-se, para fins referenciais e de organização contratual, a seguinte composição estimada do objeto:

- **70% (setenta por cento)** correspondentes ao fornecimento dos equipamentos (bens);
- **30% (trinta por cento)** correspondentes aos serviços de instalação e demais atividades correlatas.

1.4. Requisitos da apresentação da proposta

Certidão de Qualidade e Eficiência:

- A aquisição de aparelhos de ar-condicionado, o **fornecimento dos equipamentos inclui obrigatoriamente os serviços de instalação completa**, compreendendo todos os materiais, acessórios e mão de obra necessários para o perfeito funcionamento dos aparelhos, tais como suportes, tubulações, conexões, drenos, isolamentos, cabos elétricos e demais componentes indispensáveis.

Especificações Técnicas do Equipamento

Os equipamentos deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

- **Tecnologia inverter:** Preferencialmente adotar tecnologia inverter para maior eficiência energética e menor ruído.
- **Eficiência Energética:** Classificação A pois é mais eficiente energeticamente ou também classificação B dependendo do tipo ou capacidade do equipamento quando não houver opção viável com classificação A, garantindo alto desempenho no consumo de energia.
- **Fluido Refrigerante Ecológico:** Utilização de gases que não agridem a camada de ozônio, como **R-410A** ou **R-32**.
- **Tipo e Capacidade:** Aparelhos do tipo Split Hi-Wall, com capacidade adequada ao ambiente (BTUs dimensionados).
- **Certificação:** Equipamentos homologados pelo INMETRO.

Normas Técnicas e Segurança (Conformidade)

- **NBR 16401:** ABNT que rege projetos de ar condicionado para conforto térmico e qualidade do ar.
- **NR-17 (Ergonomia):** O sistema deve manter a temperatura dos locais de trabalho dentro da faixa de conforto (20°C a 23°C para locais de trabalho sentados/escritórios).

Qualificação Técnica da Empresa (Licitação)

Para garantir a correta entrega, as licitações costumam exigir:

- **Atestado de Capacidade Técnica:** Comprovação de que a empresa já forneceu equipamentos similares em outras instituições, emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado.

2. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

2.1. O procedimento para a aquisição será conduzido por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO**, critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**.

2.2. O quantitativo foi estimado para o consumo em 12(doze) meses.

2.3. A descrição detalhada dos itens consta na Tabela a seguir.

| Descrição do item | |
|--|--|
| Aparelhos de Ar Condicionado composto (a) por 36 aparelhos de ar condicionado | |
| Período (Meses) | 12 |
| Quantidade | 36 |
| Unidade | Unidade |
| Participação | Com aplicação de cotas – LC 123/06 |
| Local de Entrega | Secretaria Municipal de Promoção e Ação Social |
| Diferença Mínima | 5 (cinco) % |
| Valor Unitário | R\$ 3.708,18 – 12000 BTUS |
| | R\$ 4.550,13 – 18000 BTUS/H |
| | R\$ 5.453,39 – 30000 BTUS INVERTER |
| Valor Total | R\$ 66.747,24– 12000 BTUS |
| | R\$ 27.300,78– 18000 BTUS/H |
| | R\$ 65.440,68 – 30000 BTUS INVERTER |
| Valor Total | R\$ 159.488,70 |

Valor Global: R\$ 159.488,70 (Cento e cinquenta e nove mil quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta centavos), conforme pesquisa de preços realizada em conformidade com a Instrução Normativa n°65 de 07 de julho de 2021 (Lei n°14.133).

| Item | Quantidade | Unidade | Descrição |
|------|------------|---------|-----------|
|------|------------|---------|-----------|

| | | | |
|----|----|---------|--|
| 01 | 18 | Unidade | Ar-condicionado Split Inverter, Capacidade mínima: 12.000 BTUs, ciclo: frio, eficiência energética: Classificação A/B, conforme normas vigentes do INMETRO, Recursos adicionais: função de capacidade de refrigeração adequada, Tipo de instalação: parede (split), alimentação: 220V Garantia mínima: 12 (doze) meses, fluido refrigerante: gás ecológico R410A e/ou R32; controle remoto: sem fio; conteúdo extra: manual em português, com instalação inclusa. |
| 02 | 6 | Unidade | Ar condicionado split modelo: highwall 'de parede': tecnologia: inverter; ciclo: frio; capacidade térmica: 18 000 btus/h; número de velocidades: mínimo 3 velocidades; modo de operação: refrigeração e ventilação; função especial: temporizador + timer + swing; filtragem de ar: filtro antimateriais, fungos e ácaros; voltagem/frequência: 220v/60hz; classificação energética: classe A/B; fluido refrigerante: gás ecológico R410A e/ou R32; controle remoto: sem fio; conteúdo extra: manual em português; com instalação inclusa. |
| 03 | 12 | Unidade | Aparelho de ar condicionado Split e inverter, ciclo: frio; capacidade térmica: 30000 BTUS; numero de velocidades: minimo 3 velocidades; modo de operacao: refrigeracao e ventilacao; funcao especial: temporizador + timer + swing; filtragem de ar: filtro antimateriais, fungos e acaros; voltagem/frequencia: 220v/60hz; classificacao energetica: classe A/B; fluido refrigerante: gas ecologico R410A e/ou R32 ; controle remoto: sem fio; conteudo extra: manual em portugues, com instalação inclusa. |

3. A NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E UTILIZAÇÃO

3.1. A contratação faz-se necessária para atender às demandas da Secretaria Municipal de Promoção e Ação Social e de seus órgãos vinculados, como CRAS, CREAS, Morada da Criança, Abrigo do Idoso e Cadastro Único, que realizam atendimento contínuo à população em situação de vulnerabilidade social.

3.2. A ausência ou insuficiência de aparelhos de ar-condicionado compromete o conforto térmico, a salubridade dos ambientes e a qualidade dos serviços prestados, além de impactar negativamente as condições de trabalho dos servidores.

3.3. Dessa forma, a aquisição dos equipamentos é indispensável para garantir ambientes adequados ao desenvolvimento das atividades administrativas e de atendimento ao público, assegurando a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados pelo Município.

4. ELEMENTOS DA JUSTIFICATIVA

4.1. Interesse Público: A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir condições adequadas de conforto térmico, salubridade e bem-estar nos ambientes da Secretaria Municipal de Promoção e Ação Social e de seus órgãos vinculados, tais como CRAS, CREAS, Morada da Criança, Abrigo do Idoso e Cadastro Único.

4.2. Necessidade Administrativa: As unidades realizam atendimentos permanentes e essenciais à população em situação de vulnerabilidade social, exigindo ambientes apropriados para o acolhimento dos usuários e para o desempenho das atividades técnicas e administrativas dos servidores.

4.3. Essencialidade do Objeto: Considerando as características climáticas da região, a inexistência ou insuficiência de climatização adequada pode comprometer a qualidade do atendimento, a

permanência dos usuários nos espaços institucionais e a eficiência dos serviços prestados, tornando imprescindível a aquisição dos aparelhos de ar-condicionado.

4.4. Continuidade do Serviço Público: A natureza recorrente da demanda exige fornecimento planejado ao longo de 12 (doze) meses, garantindo a manutenção das políticas públicas de proteção social.

4.5. Vantajosidade da Solução: A adoção do **Pregão Eletrônico**, com utilização do **Sistema de Registro de Preços**, assegura maior competitividade, economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos, permitindo aquisições conforme a necessidade real da Administração.

4.6. Viabilidade Técnica e de Mercado: A contratação atende ao interesse público, estando alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho e para a adequada execução das políticas públicas de assistência social.

4.7. Conformidade Legal: A contratação está em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**, bem como com as diretrizes da política de assistência social e segurança alimentar, estando devidamente alinhada ao planejamento orçamentário do Município.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Requisitos Técnicos do Objeto:

Os aparelhos de ar-condicionado a serem fornecidos deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos:

- Serem **novos**, de primeiro uso, sem avarias ou sinais de utilização anterior;
- Tipo **Split**, composto por unidade evaporadora e condensadora;
- Capacidades térmicas de 12.000 BTUs, 18.000 BTUs e 30.000 BTUs, conforme os itens e quantitativos definidos neste Termo de Referência
- Possuir **selo de conformidade do INMETRO** e atender às normas técnicas vigentes;
- Apresentar **classificação de eficiência energética** compatível com a legislação aplicável;
- Operar em tensão compatível com a rede elétrica disponível nos locais de instalação;
- Acompanhar **controle remoto**, manuais e demais acessórios necessários ao funcionamento;
- Possuir **garantia mínima de 12 (doze) meses**;
- Ser adequados ao uso contínuo em ambientes institucionais e de atendimento ao público.
- Os equipamentos deverão ser compatíveis com as condições de instalação previstas neste Termo de Referência, incluindo tensão elétrica, tubulação e demais requisitos técnicos necessários ao seu funcionamento.

5.2. Requisitos de Qualidade:

Os aparelhos de ar-condicionado a serem fornecidos deverão apresentar padrão de qualidade compatível com o uso institucional e contínuo, atendendo aos seguintes requisitos mínimos:

- Atender integralmente às **normas técnicas e regulamentações vigentes**, incluindo certificações exigidas pelos órgãos competentes;
- Possuir **eficiência energética**, contribuindo para a redução do consumo de energia elétrica e dos custos operacionais;
- Dispor de **garantia mínima de fábrica**, assegurando a substituição ou reparo em caso de defeitos;
- Estar em perfeitas condições de funcionamento e acabamento no momento da entrega.
- Os equipamentos deverão atender às especificações técnicas do fabricante, às normas vigentes aplicáveis e às características mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

5.3. Requisitos de Transporte e Entrega:

O transporte e a entrega dos aparelhos de ar-condicionado serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo atender aos seguintes requisitos:

- Os equipamentos deverão ser transportados de forma adequada, em embalagens originais de fábrica, garantindo a **integridade física e funcional** dos aparelhos até o local de entrega;
- A entrega deverá ocorrer nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Promoção e Ação Social e órgãos vinculados, dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório ou na ordem de fornecimento;
- Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados de **nota fiscal**, manuais, termos de garantia e demais documentos exigidos;
- Eventuais danos, avarias ou extravios ocorridos durante o transporte serão de responsabilidade exclusiva da contratada, que deverá proceder à **substituição imediata** do equipamento, sem ônus adicional para a Administração;

5.4. Requisitos Administrativos e Legais:

- A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, no Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- A empresa contratada deverá manter, durante toda a vigência da Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- Seguir no que couber a Lei Federal nº 10.295, de 17 de outubro de 2001 que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências.

5.5. Requisitos de Sustentabilidade e Normas Ambientais

A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, visando à redução dos impactos ambientais e à promoção do uso racional de recursos, atendendo, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- Os aparelhos de ar-condicionado deverão possuir **selo de eficiência energética** emitido por órgão competente, priorizando equipamentos com menor consumo de energia elétrica;
- Os equipamentos deverão atender às **normas ambientais vigentes**, especialmente quanto ao uso de fluidos refrigerantes que causem menor impacto ambiental;
- Priorizar equipamentos com **maior vida útil e durabilidade**, reduzindo a necessidade de substituições frequentes;
- Os equipamentos deverão atender às normas de eficiência energética e utilizar fluido refrigerante adequado, como R410A e/ou R32, conforme regulamentação vigente.

5.6. REQUISITOS DA INSTALAÇÃO DOS APARELHOS DE AR-CONDICIONADO

A instalação dos aparelhos de ar-condicionado deverá ser realizada pela CONTRATADA, sendo considerada **parte integrante do objeto**, devendo contemplar o fornecimento de todos os materiais, insumos, mão de obra especializada e equipamentos necessários ao pleno funcionamento dos sistemas.

A instalação deverá incluir, no mínimo:

- Fornecimento e instalação de tubulação frigorígena (linha de líquido e sucção) em cobre;
- Isolamento térmico adequado das tubulações;
- Fornecimento e instalação de cabos elétricos de interligação e alimentação;
- Fornecimento e instalação de suportes metálicos para condensadora;
- Fixação da unidade evaporadora em parede (tipo split hi-wall);
- Instalação de tubulação de dreno para escoamento de condensado;
- Fornecimento e instalação de canaletas para acabamento;

- Execução de vácuo no sistema e testes de funcionamento;
- Complementação de carga de gás refrigerante, quando necessário;
- Fornecimento de parafusos, buchas, fitas e demais materiais de fixação;
- Entrega de manual em português e orientações básicas de uso.

METRAGEM PADRÃO DE INSTALAÇÃO

Para fins de padronização, considera-se incluída na instalação a metragem de até:

- **05 (cinco) metros de tubulação frigorígena por equipamento instalado.**

DAS ADEQUAÇÕES ELÉTRICAS

A CONTRATADA será responsável pela execução das **ligações elétricas necessárias ao funcionamento dos equipamentos**, incluindo:

- Interligação entre evaporadora e condensadora;
- Ligação ao ponto de energia existente;

Limitando-se a adequações elétricas simples, limitadas à ligação do equipamento ao ponto elétrico existente, sem alteração de quadro elétrico ou aumento de carga.

Caso sejam necessárias intervenções elétricas estruturais (como instalação de novo circuito, quadro elétrico ou aumento de carga), estas deverão ser previamente avaliadas e autorizadas pela CONTRATANTE.

Os serviços excedentes não estão incluídos no preço do item, somente podendo ser executados mediante autorização prévia da Administração.

- garantia do equipamento → fabricante
- garantia da instalação → contratada

DOS MATERIAIS E SERVIÇOS EXCEDENTES

Caso a instalação demande condições não previstas no padrão estabelecido, tais como:

- Tubulação superior a 05 metros;
- Infraestrutura elétrica adicional;
- Obras civis (quebra de parede, recomposição, furos especiais);
- Utilização de andaimes, plataformas ou acesso em altura;
- Distâncias elevadas entre unidades;

Os custos adicionais somente poderão ser executados mediante:

- **prévia autorização da CONTRATANTE**, com a devida justificativa técnica e apresentação de orçamento detalhado pela CONTRATADA.

RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A CONTRATADA será responsável por:

- Garantir a instalação completa e funcional dos equipamentos;
- Utilizar materiais novos, de primeira qualidade;
- Cumprir as normas técnicas vigentes do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO);
- Obedecer às boas práticas de instalação e segurança;
- Prestar garantia mínima de 12 (doze) meses sobre os equipamentos e serviços.

5.7. Da Fiscalização

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e

das sanções aplicáveis, dentre outros.

O acompanhamento e a fiscalização da execução do instrumento equivalente consistem na verificação da conformidade do fornecimento do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da contratante.

O representante da Administração/contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no artigo 137, inciso I e demais normas contidas no Capítulo VIII – Das Hipóteses de Extinção dos Contratos, no que couber, da Lei nº 14.133/21.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração/contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

O fiscal deverá informar ao gestor do contrato qualquer ocorrência de descumprimento das obrigações da contratada, especificadas neste documento e seus anexos, para fins de registro em processo centralizado.

5.8. Restrições de Marca e Subcontratação

- **Marcas e Modelos:** Para garantir a ampla competitividade, **não há restrição** de marcas ou produtos, desde que atendam às especificações técnicas.

5.9. Garantias

- **Garantia da Contratação:** Os equipamentos deverão possuir prazos e responsáveis pela garantia do equipamento, no mínimo 12 meses.
- **Garantia Técnica do Objeto:** Os bens devem possuir garantia de instalação de, no mínimo, **12 meses**, contados a partir do recebimento definitivo.
- Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 meses, bem como garantia da instalação realizada.

6. MODELO DE EXECUÇÃO

6.1. Entrega e Instalação

- **Prazo e Remessa:** O prazo de entrega dos bens é de **15 dias**, contados a partir do envio da Nota de Empenho, devendo ser realizada de **forma parcelada**.
- **Escopo dos Serviços:** A execução inclui não apenas o fornecimento, mas também a **instalação, montagem, desmontagem e remoção** (de paredes ou sistemas antigos, conforme a necessidade técnica).
- **Local de Execução:** Os serviços e a entrega devem ocorrer no endereço designado pela Secretaria.
- A execução do objeto terá início após a emissão da ordem de fornecimento/serviço pela Administração.

6.2. Garantia e Manutenção

- Todos os equipamentos fornecidos deverão ser **novos, de primeiro uso**, com **garantia mínima de 12 (doze) meses**, contados a partir da data do **recebimento definitivo**, abrangendo defeitos de fabricação, montagem e instalação.
- Durante o período de garantia, a empresa contratada será **inteiramente responsável pela substituição, reparo ou troca** de qualquer componente que apresentar defeito, sem ônus adicional para a Administração.
- A garantia citada no item acima não se confunde com manutenção preventiva ou corretiva continuada, limitando-se a defeitos de fabricação e falhas de instalação.

- A contratada deverá assegurar a **assistência técnica local ou regional**, durante o período de garantia vinculada à rede autorizada do fabricante, preferencialmente com prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas** após o chamado da Secretaria Municipal de Educação.
- Todos os serviços de manutenção corretiva realizados durante o período de garantia deverão incluir:
 - Substituição de peças defeituosas por originais;
 - Mão de obra e deslocamento sem custo adicional;
 - Testes de funcionamento após o reparo;
 - Emissão de relatório técnico detalhando o serviço realizado.
- A contratada deverá orientar a equipe de manutenção das escolas quanto à **realização de manutenções preventivas básicas**, como limpeza de filtros e cuidados operacionais que garantam o bom desempenho dos equipamentos.
- Findo o período de garantia legal ou contratual dos aparelhos de ar condicionado e da instalação, cessam as obrigações da contratada quanto à assistência técnica, substituição de peças ou correção de defeitos, ressalvadas as responsabilidades decorrentes de vícios ocultos, nos termos de legislação aplicável.
- A contratada deverá comprovar, no momento da contratação, que os equipamentos fornecidos possuem fabricante com rede de assistência técnica autorizada no território nacional, bem como disponibilidade de peças de reposição durante o período de vida útil do produto, conforme as práticas e políticas do fabricante, sem que isso caracterize obrigação de prestação de serviço de manutenção, assistência técnica permanente ou fornecimento continuado de peças após o encerramento da garantia.
- Em caso de substituição integral do equipamento durante o período de garantia, o prazo de garantia deverá ser **reiniciado** a partir da data da nova entrega e instalação.
- A contratada deverá fornecer, junto com os equipamentos, os **manuais de operação, instalação e manutenção**, em língua portuguesa, e os **certificados de garantia e conformidade com o INMETRO**.
- O não cumprimento das obrigações de garantia e assistência técnica implicará **aplicação das penalidades previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021**.
- As licitantes deverão apresentar, juntamente com a proposta de preços, ficha técnica de cada item, documento que deverá conter todas as informações do produto e suas funcionalidades para verificação do técnico responsável pela Secretaria Municipal de Promoção e Ação Social, sob pena desclassificação.

6.3. Gestão e Fiscalização

- **Equipe de Fiscalização:** A execução será acompanhada por uma equipe composta por um **Gestor de Contrato**, um **Fiscal Técnico** (focado na conformidade da instalação e resultados) e um **Fiscal Administrativo** (focado na habilitação, pagamentos e garantias).
- **Comunicação:** Deve ser formal, preferencialmente por correio eletrônico ou software de gestão.
- **Reunião Inicial:** Após a assinatura do contrato, poderá haver uma reunião para apresentação do **plano de fiscalização**, estratégias de execução e sanções aplicáveis.

7. DO LOCAL, CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

7.1. Do Local de Entrega:

O fornecimento dos aparelhos de ar-condicionado deverá ser realizado nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Promoção e Ação Social, bem como em seus órgãos vinculados, conforme demanda e indicação da Administração, uma vez que todos esses órgãos estão em um mesmo local/prédio denominado **CCPA – Centro de Convivência do Pequeno Aprendiz que fica localizado a Rua Tenente Coronel João Cerqueira Netto, Jardim Primavera, Catalão-Goiás.**

7.2. Das Condições de Fornecimento:

O fornecimento ocorrerá de forma **parcelada**, conforme a demanda da Secretaria, durante a vigência da **Ata de Registro de Preços**, pelo período de **12 (doze) meses**.

As entregas serão realizadas mediante **ordem de fornecimento** ou solicitação formal emitida pela Contratante, contendo as quantidades, os prazos e o local de entrega.

Os equipamentos deverão ser fornecidos de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, acompanhados de nota fiscal, manuais de instrução e termos de garantia, devidamente embalados e em perfeitas condições de uso.

Todas as despesas com transporte, carga, descarga e demais custos necessários ao fornecimento do produto serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.

7.3. Do Recebimento do Objeto:

O recebimento do objeto será realizado em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, observando-se as seguintes etapas:

- a) **Recebimento provisório**, no ato da entrega, para conferência do quantitativo e das condições aparentes do produto;
- b) **Recebimento definitivo**, após verificação da conformidade do produto com as especificações técnicas, sanitárias e contratuais.
- c) Constatada qualquer irregularidade, a contratada deverá proceder à substituição dos equipamentos em desconformidade, no prazo a ser definido pela Administração, sem ônus adicional.
- d) O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade e segurança do produto fornecido.

7.4. O recebimento será considerado definitivo após a verificação da conformidade do objeto e emissão do Termo de Recebimento Definitivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

8. MODELO DE GESTÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1 A gestão e a fiscalização da execução do objeto serão realizadas pela Secretaria Municipal de Promoção e Ação Social, por meio de servidor ou comissão formalmente designada, responsável por acompanhar, controlar e avaliar o fornecimento dos aparelhos de ar-condicionado.

8.2. Compete ao fiscal do contrato verificar o cumprimento das especificações técnicas, dos prazos de entrega, das condições de fornecimento e da qualidade dos equipamentos entregues, bem como registrar eventuais ocorrências em relatório próprio.

8.3. Caberá à fiscalização atestar o recebimento provisório e definitivo do objeto, bem como comunicar à contratada quaisquer irregularidades ou desconformidades verificadas, para que sejam adotadas as providências corretivas cabíveis.

8.4. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, permanecendo esta integralmente responsável pela qualidade, adequação e conformidade dos equipamentos fornecidos.

8.5. Compete ao gestor do contrato/ata acompanhar a execução administrativa, garantindo o cumprimento das condições estabelecidas no edital, na Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência, bem como promover a articulação entre as áreas envolvidas.

8.6 Compete ao fiscal da execução:

- a). Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos aparelhos de ar-condicionado, verificando o cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas;
- b). Conferir a quantidade, qualidade e conformidade dos equipamentos entregues;
- c). Registrar e comunicar formalmente à contratadas quaisquer irregularidades, falhas ou desconformidades identificadas durante a execução;
- d). Atestar o recebimento provisório e definitivo do objeto, quando atendidas as condições contratuais;
- e). Solicitar a substituição de equipamentos que não atendam às especificações estabelecidas, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- f). Encaminhar à unidade competente a documentação necessária para fins de pagamento;
- g). Manter registros atualizados sobre a execução do contrato ou da ata de registro de preços.

8.7. A fiscalização poderá ocorrer a qualquer tempo, inclusive durante o transporte e no ato da entrega, podendo a Contratante recusar o recebimento do produto que não atenda às condições estabelecidas.

8.8. O recebimento definitivo do objeto somente ocorrerá após a confirmação de que o fornecimento está em conformidade com as especificações técnicas e contratuais, não eximindo a Contratada de responsabilidades posteriores quanto à qualidade e segurança do produto.

8.9. O acompanhamento e a fiscalização da execução não excluem nem reduzem a responsabilidade da Contratada por eventuais falhas, vícios ou danos decorrentes do fornecimento, tampouco implicam corresponsabilidade da Administração.

8.10. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a Contratada às penalidades previstas no edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação vigente.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. A medição do objeto será realizada com base no **quantitativo efetivamente fornecido e recebido definitivamente**, em conformidade com as especificações técnicas, sanitárias e contratuais estabelecidas no Termo de Referência, no edital e na Ata de Registro de Preços.

9.2. O pagamento será efetuado de forma **parcelada**, de acordo com as entregas realizadas e devidamente atestadas pelo fiscal da execução, não havendo pagamento antecipado.

Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar:

- a) Nota fiscal/fatura correspondente ao fornecimento realizado;
 - b) Comprovação de regularidade fiscal, quando exigida;
 - c) Atesto do recebimento definitivo do objeto, emitido pelo fiscal designado pela Contratante.
- **Recebimento Provisório:** O pagamento será realizado após a execução completa do serviço, compreendendo a entrega, instalação e funcionamento dos equipamentos, mediante atesto do fiscal do contrato.

- **Recebimento Definitivo:** Ocorre após a verificação da qualidade, quantidade e aceitação técnica mediante termo detalhado, nos seguintes prazos:
 - a) **Regra Geral:** Em até **15 dias úteis** após a entrega da nota fiscal.
- **Rejeição e Substituição:** Caso o objeto esteja em desacordo com o Termo de Referência, poderá ser rejeitado integral ou parcialmente, devendo a contratada realizar a **substituição em até 15 dias** após a notificação, sob suas próprias custas.

9.3. O pagamento será realizado no prazo estabelecido no edital e na Ata de Registro de Preços, contado a partir da data do atesto da nota fiscal/fatura, observada a disponibilidade financeira e orçamentária.

9.4. O pagamento somente será autorizado após a verificação de que o produto fornecido atende integralmente às condições e especificações estabelecidas, sendo vedado o pagamento de produtos recusados ou fornecidos em desacordo.

9.5. Em caso de devolução ou substituição de produtos em desconformidade, o pagamento ficará suspenso até a regularização do fornecimento.

9.6. Os valores a serem pagos corresponderão aos **preços unitários registrados na Ata de Registro de Preços**, aplicados sobre os quantitativos efetivamente fornecidos e aceitos pela Administração.

9.7. O processo de recebimento, medição e pagamento observará os princípios da **transparência, economicidade, eficiência e controle social**, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos e o atendimento às famílias beneficiárias dos programas socioassistenciais do Município.

Liquidação da Despesa

- **Prazo:** Após o recebimento da nota fiscal, a Administração tem **10 dias úteis** para realizar a liquidação, podendo este prazo ser prorrogado por igual período.
- **Verificações Obrigatórias:** O setor competente conferirá a validade da nota fiscal, os dados do contrato, o valor a pagar e a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da empresa (consulta ao SICAF ou bases oficiais).
- **Sobrestando o Prazo:** Se houver erro na nota fiscal ou irregularidade fiscal constatada, o prazo de liquidação ficará suspenso até que a contratada tome as medidas saneadoras necessárias. O tempo gasto pela empresa para regularizar pendências não conta para o prazo de recebimento definitivo.

Pagamento

- **Prazo Efetivo:** O pagamento será realizado em até **10 dias úteis**, contados a partir da finalização da etapa de liquidação.
- **Forma de Pagamento:** O crédito será efetuado exclusivamente por **ordem bancária** na conta indicada pela contratada.
- **Retenção Tributária:** A Administração realizará as retenções tributárias previstas na legislação vigente no momento do pagamento. Empresas optantes pelo **Simplex Nacional** não sofrerão retenção de impostos abrangidos por esse regime, desde que apresentem a comprovação oficial da condição favorecida.
- **Proibições e Atualizações:**
 - É expressamente **vedada a antecipação de pagamento**.
 - Em caso de atraso injustificado por parte da Administração, os valores serão atualizados monetariamente pelo índice **IPCA** entre a data final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização.

9.8. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

9.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração/Contratante;

9.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.11. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

9.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração/Contratante.

9.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração/Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.14. Persistindo a irregularidade, a Administração/Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

9.16. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

É vedado o pagamento, a qualquer título, por fornecimento realizado, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

9.18. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Fundo Municipal de Assistência Social, com sede administrativa no **CCPA – Centro de Convivência do Pequeno Aprendiz que fica localizado a Rua Tenente Coronel João Cerqueira Netto, Jardim Primavera, Catalão-Goiás.**

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **Gestão e Fiscalização:** A Contratante deve designar, formalmente, uma equipe de fiscalização composta por **Gestor de Contrato, Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo** para acompanhar a execução integral do objeto.
- **Apoio à Equipe Técnica:** É obrigação da Secretaria fornecer aos fiscais todos os **elementos e informações necessários** para que possam cumprir suas obrigações de monitoramento.
- **Supervisão e Notificação:** A Administração deve acompanhar a execução para assegurar os melhores resultados, anotando em **histórico de gerenciamento** qualquer falha ou irregularidade e notificando a contratada para as devidas correções.
- **Recebimento do Objeto:** A Contratante deve realizar o **recebimento provisório e definitivo** dos bens nos prazos estipulados (geralmente 15 dias úteis após a nota fiscal), atestando a qualidade e quantidade do que foi entregue.

- **Pagamento e Liquidação:** É dever da Contratante efetuar o pagamento em até **10 dias úteis** após a finalização da liquidação da despesa, observando o índice **IPCA** para atualização monetária em caso de atraso injustificado por parte do órgão público.
- **Verificação de Regularidade:** A Secretaria deve consultar o **SICAF** ou bases oficiais para verificar se a contratada mantém as **condições de habilitação** exigidas no edital antes de cada empenho e pagamento.
- **Retenção Tributária:** A Contratante deve realizar as **retenções de tributos** previstas na legislação no momento do pagamento, respeitando as exceções para empresas do Simples Nacional.
- **Esclarecimentos e Reuniões:** A Administração deve responder formalmente a todas as questões sobre o contrato e **solucionar problemas** que surgirem, dentro dos limites da razoabilidade e da lei. Além disso, as reuniões realizadas devem ser formalizadas por meio de **atas**.
- **Aplicação de Sanções:** Caso ocorram descumprimentos, a Contratante deve tomar as providências para a formalização do **processo administrativo de responsabilização** e aplicação das penalidades cabíveis

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Execução e Entrega do Objeto

- **Fidelidade Contratual:** A Contratada deve executar o contrato fielmente, seguindo as cláusulas avençadas e as normas legais, assumindo as consequências por qualquer inexecução total ou parcial.
- **Prazos de Entrega:** Os bens devem ser feitos por meio de entrega **parcelada no prazo de 15 dias**, contados do envio da Nota de Empenho.
- **Instalação Integrada:** A execução inclui o fornecimento, montagem, desmontagem e remoção de sistemas ou paredes necessários para a instalação dos aparelhos de ar condicionado.
- **Comunicação de Imprevistos:** Caso não consiga cumprir o prazo de entrega, a empresa deve comunicar formalmente os motivos com pelo menos **15 dias de antecedência**.

Garantia e Manutenção Técnica

- **Vigência da Garantia:** Deve oferecer garantia técnica de, no mínimo, **12 meses** após o recebimento definitivo, complementando a garantia do fabricante se esta for inferior.
- **Manutenção Corretiva:** É responsável por corrigir defeitos, realizar ajustes e substituir peças por outras **novas e originais** sem custo adicional para a Administração.
- **Prazo de Reparo:** Uma vez notificada, a empresa tem **5 dias úteis** para reparar ou substituir bens com vício. Se necessário, deve disponibilizar equipamento equivalente provisório para garantir a continuidade das atividades.
- **Custos Logísticos:** A Contratada assume integralmente os custos de transporte dos equipamentos cobertos pela garantia.

Sustentabilidade e Meio Ambiente

- **Controle de Transporte:** É obrigatória a comprovação do **Controle de Transporte de Resíduos (CTR)**.
- **Especificações Técnicas:** Os equipamentos devem utilizar o **gás refrigerante R410A** (isento de cloro e não tóxico).
- **Insumos Legais:** Deve utilizar apenas matéria-prima florestal de procedência legal comprovada e adotar medidas contra o desperdício de água.

Obrigações Administrativas e de Habilitação

- **Manutenção das Condições:** A empresa deve manter todas as condições de habilitação (jurídica, fiscal, social e trabalhista) durante toda a vigência da contratação.
- **Regularidade Fiscal:** Deve apresentar comprovação de regularidade perante a Fazenda Nacional, FGTS e Justiça do Trabalho para fins de recebimento.
- **Qualificação Técnica:** Deve manter registro ativo no **CREA-GO** e comprovar a legitimidade de seus atestados de capacidade técnica sempre que solicitado.
- **Cooperativas:** Se for uma cooperativa, deve apresentar documentação específica, incluindo a relação de cooperados, atas de inscrição e comprovantes de residência dos profissionais.
- A contratada é responsável pela execução integral do objeto, incluindo fornecimento, instalação, testes e correção de eventuais falhas

12. TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

Com base nas fontes e na legislação aplicada (**Lei nº 14.133/2021**), o **termo de contrato ou instrumento equivalente** constitui o documento formal que estabelece o vínculo jurídico e as obrigações entre a Administração Pública e a empresa contratada.

Os principais aspectos relativos a este instrumento são:

- **Vigência Contratual:** O prazo de vigência da contratação é estabelecido em **12 meses**, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço, em conformidade com o artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
- **Execução Fiel:** As partes devem executar o contrato rigorosamente conforme as cláusulas avençadas, sendo que cada uma responderá pelas consequências de eventual inexecução total ou parcial.
- **Formalização e Início das Atividades:** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da empresa para uma **reunião inicial**. O objetivo dessa reunião é apresentar o plano de fiscalização, detalhar as estratégias de execução do objeto, o método de aferição de resultados e as sanções administrativas aplicáveis.
- **Comunicações Formais:** Uma vez firmado o instrumento, todas as comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito, incluindo mensagens eletrônicas ou via software de gestão, sempre que o ato exigir formalidade.
- **Acompanhamento e Registro:** O Gestor do Contrato deve coordenar a atualização do processo de acompanhamento, registrando no **histórico de gerenciamento** todos os atos formais, como ordens de serviço, ocorrências, alterações e prorrogações.
- **Prorrogações Automáticas:** Em situações de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão, o cronograma de execução poderá ser prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, sendo tais circunstâncias anotadas mediante **apostila**.
- **Garantia Técnica:** Mesmo após a expiração da vigência do contrato, a garantia legal ou contratual do objeto mantém prazo próprio, permitindo a aplicação de penalidades em caso de descumprimento de suas condições.

Vale destacar que, embora o Termo de Referência mencione a possibilidade de "instrumento equivalente", as regras detalhadas de execução, liquidação e pagamento devem estar plenamente refletidas nesse documento para assegurar a segurança jurídica da contratação

13. DO REAJUSTE DE PREÇOS

13.1. Os preços permanecerão fixos e irrevogáveis, salvo quando comprovadas as situações descritas no art. 124, inciso I, alínea "b", inciso II, alínea "d".

13.2. Após o interregno de um ano, e mediante pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados,

conforme aplicação, pelo Contratante, do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R=V(I-1^n)/I^n$, onde:

R=Valor do reajuste procurado;

V=Valor contratual a ser reajustado;

Iⁿ= índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I= índice relativo ao mês do reajustamento.

13.2.1. O referido pedido deverá vir acompanhado de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços que fundamente o reajuste, conforme for a variação de custos objeto do reajuste.

13.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.2.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.2.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.2.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.2.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio do termo aditivo.

13.3. Fiscalização e Controle: O tema "reajuste" é listado como uma das ações integrantes do trabalho de **fiscalização e gestão contratual**, devendo ser regulado conforme as ações previstas no Projeto Básico e no Termo de Referência.

13.4. O descumprimento das obrigações sujeitará a contratada às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. Critério de Julgamento das Propostas, Forma de Adjudicação

14.1.1. O critério de julgamento das propostas será o de **Menor Preço Item** e a adjudicação será realizada **por ITEM**.

14.2. Exigências de Habilitação

14.2.1. Habilitação Jurídica

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

c) No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

d) No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde por, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

14.2.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- g) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- h) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

14.2.3. Qualificação Técnica:

Para fins de comprovação da qualificação técnica, deverão ser apresentados:

Atestado de Capacidade Técnica

- Atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da presente contratação, especialmente quanto ao fornecimento e instalação de aparelhos de ar-condicionado do tipo split.
- Os atestados deverão demonstrar experiência anterior compatível com a natureza e complexidade do objeto, admitindo-se a comprovação por meio de um ou mais documentos, vedada a exigência de identidade absoluta de quantitativos.

Registro da Empresa

- Comprovação de registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), conforme a legislação aplicável.

Responsável Técnico

- Indicação de responsável técnico devidamente habilitado, com formação compatível com o objeto da contratação, devendo ser comprovado seu vínculo com a empresa licitante.

Registro do Responsável Técnico

- Comprovação de registro ou inscrição do responsável técnico no CREA ou no CFT, conforme a

legislação aplicável.

Capacidade Técnico-Profissional

- Comprovação de que o responsável técnico indicado possui experiência na execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação.
- Os documentos exigidos neste item que não estejam contemplados no SICAF ao tempo Edital da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.
- Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, desde que atestem condição pré-existente à época da abertura do certame ou atualizem documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo tal prazo ser alargado por igual período e motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte do licitante.
- Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.
- Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, o licitante será inabilitado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.
- O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.
- Havendo dúvida razoável quanto a autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.
- Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para Rua Nassin Agel, n.º 505 - Bairro Centro, Catalão - Goiás, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.
- Os documentos de habilitação deverão se referir a empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.
- Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- Os documentos relativos as habilitações técnicas poderão ser apresentadas em nome da matriz ou da filial.
- Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de

- As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;
- A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, do Contrato ou Instrumento equivalente, ou revogar a licitação.
- O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.
- Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.
- Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de "Ocorrências Impeditivas Indiretas" em relação a primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, "e", e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).
- Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características: a) identidade dos sócios; b) atuação no mesmo ramo de atividades; c) data de constituição da nova empresa posterior a data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade; d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos; e) identidade ou proximidade de endereço dos estabelecimentos; f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.
- Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no "chat", as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará o licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo o licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.
- Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender o licitante os

efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

a) inabilitará o licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração; b) relatará o fato a autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização do licitante pela prática de comportamento inidôneo.

14.3. Da Aplicação de Cotas – Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações

14.3.1. Com fundamento na Constituição Federal, em seu art. 146, inciso III, alínea ‘d’, art. 170, inciso IX e art. 179, foi expedida a Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual (MPEs) no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Referida norma teve sua redação atualizada pela Lei Complementar n.º 147, de 7 de agosto de 2014 e posteriormente pela Lei Complementar n.º 155, de 27 de outubro de 2016 e apresenta prerrogativas de evidente impacto no âmbito das contratações públicas, nos termos do seu capítulo “V” que trata do acesso ao mercado. A concessão de tratamento diferenciado e simplificado para as MPEs nas contratações é dever da Administração Pública, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. Importante salientar que a licitação sempre se constituiu em atividade de desenvolvimento econômico sustentável, geração de emprego e renda e erradicação da pobreza, como preconizado inicialmente no Plano Plurianual para o período de 2004/2007 (Lei Federal n.º 10.933, de 11 de agosto de 2004), cujo desafio era “incentivar e fortalecer as micro, pequenas e médias empresas com o desenvolvimento da capacidade empreendedora”. Para tanto, dentre as diretrizes fixadas, destaca-se a utilização do poder de compra do governo no fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas. Entende-se por poder de compra o “poder do consumidor, seja ele empresa privada, órgão público, cooperativa ou pessoa física, que ao adquirir bens e serviços define suas exigências e necessidades, tornando-se um indutor da qualidade, da produtividade e de inovação tecnológica, gerando emprego, ocupação e renda e, contribuindo para a competitividade e desenvolvimento do país”. A Lei Complementar n.º 123/2006 dispõe sobre a concessão de tratamento diferenciado as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, veja o Art. 47: *“Nas contratações públicas da União, dos Estados e dos Municípios, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, desde que previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente.”* Já o seu Art. 48, incisos e parágrafos, estabelece regras que poderão ser utilizadas para a realização de processo licitatório as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte: *“Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública poderá realizar processo licitatório: I – destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); II – em que seja exigida dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado; III – em que se estabeleça cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível. § 1º O valor licitado por meio do disposto neste artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano civil. § 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.”* Por assim ser, a partir do levantamento no mercado local, percebe-se a existência de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e/ou equiparados, sediados no âmbito local ou regional (art. 48, I e III da LC n.º 123/06, com a redação dada pela LC n.º 147/2014), razão pela qual se aplica a adoção de cotas.

**14.3.2 Dos Itens da Cota Reservada – ME/EPP
COTA RESERVADA DE 25%**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANT. | UND | PREÇO MÉDIO UNIT. | PREÇO MÉDIO TOTAL |
|--------------------------|--|--------|---------|----------------------|-------------------|
| 01 | Ar-condicionado Split Inverter, Capacidade mínima: 12.000 BTUs, ciclo: frio, eficiência energética: Classificação A/B, conforme normas vigentes do INMETRO, Recursos adicionais: função de capacidade de refrigeração adequada, Tipo de instalação: parede (split), alimentação: 220V Garantia mínima: 12 (doze) meses, fluido refrigerante: gas ecológico R410A e/ou R32; controle remoto: sem fio; conteúdo extra: manual em português, com instalação inclusa. | 04 | Unidade | R\$ 3.708,18 | R\$ 14.832,72 |
| 02 | Ar condicionado split modelo: highwall 'de parede': tecnologia: inverter; ciclo: frio; capacidade térmica: 18 000 btus/h; número de velocidades: mínimo 3 velocidades; modo de operação: refrigeração e ventilação; função especial: temporizador + timer + swing; filtragem de ar: filtro antimateriais, fungos e ácaros; voltagem/frequência: 220v/60hz; classificação energética: classe A/B; fluido refrigerante: gás ecológico R410A e/ou R32; controle remoto: sem fio; conteúdo extra: manual em português; com instalação inclusa. | 02 | Unidade | R\$ 4.550,13 | R\$ 9.100,26 |
| 03 | Aparelho de ar condicionado Split e inverter, ciclo: frio; capacidade termica: 30000 BTUS; numero de velocidades: minimo 3 velocidades; modo de operacao: refrigeracao e ventilacao; funcao especial: temporizador + timer + swing; filtragem de ar: filtro antimateriais, fungos e acaros; voltagem/frequencia: 220v/60hz; classificacao energetica: classe A/B; fluido refrigerante: gas ecologico R410A e/ou R32 ; controle remoto: sem fio; conteudo extra: manual em portugues, com instalação inclusa. | 03 | Unidade | R\$ 5.453,39 | R\$ 16.360,17 |
| PREÇO TOTAL GERAL | | | | R\$ 40.293,15 | |

**14.3.4. Dos Itens da Cota Principal – AMPLA CONCORRÊNCIA
COTA PRINCIPAL DE 75%**

| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANT. | UND | PREÇO MÉDIO UNIT. | PREÇO MÉDIO TOTAL |
|------|---|--------|---------|-------------------|-------------------|
| 04 | Ar-condicionado Split Inverter, Capacidade mínima: 12.000 BTUs, ciclo: frio, eficiência energética: Classificação A/B, conforme normas vigentes do INMETRO, Recursos adicionais: função de capacidade de refrigeração adequada, Tipo de instalação: parede (split), alimentação: 220V Garantia mínima: 12 (doze) meses, fluido refrigerante: gas ecológico R410A e/ou R32; controle remoto: sem fio; conteúdo extra: manual em português, com instalação inclusa. | 14 | Unidade | R\$ 3.708,18 | R\$ 51.914,52 |

| | | | | | |
|--------------------------|--|----|---------|-----------------------|---------------|
| 05 | Ar condicionado split modelo: highwall 'de parede': tecnologia: inverter; ciclo: frio; capacidade térmica: 18 000 btus/h; número de velocidades: mínimo 3 velocidades; modo de operação: refrigeração e ventilação; função especial: temporizador + timer + swing; filtragem de ar: filtro antimateriais, fungos e ácaros; voltagem/frequência: 220v/60hz; classificação energética: classe A/B; fluido refrigerante: gás ecológico R410A e/ou R32; controle remoto: sem fio; conteúdo extra: manual em português; com instalação inclusa. | 04 | Unidade | R\$ 4.550,13 | R\$ 18.200,52 |
| 06 | Aparelho de ar condicionado Split e inverter, ciclo: frio; capacidade termica: 30000 BTUS; numero de velocidades: minimo 3 velocidades; modo de operacao: refrigeracao e ventilacao; funcao especial: temporizador + timer + swing; filtragem de ar: filtro antimateriais, fungos e acaros; voltagem/frequencia: 220v/60hz; classificacao energetica: classe A/B; fluido refrigerante: gas ecologico R410A e/ou R32 ; controle remoto: sem fio; conteudo extra: manual em portugues, com instalação inclusa. | 09 | Unidade | R\$ 5.453,39 | R\$ 49.080,51 |
| PREÇO TOTAL GERAL | | | | R\$ 119.195,55 | |

14.4. Deverá ser aplicado o tratamento favorecido (direito ao desempate e prazo especial para a regularização fiscal) às entidades de menor porte, caso essas apresentem propostas iguais ou de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e apresentada por entidade de médio ou grande porte.

15. PARTICIPAÇÃO EM INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO – IRP

15.1. A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala.

Embora seja regra a divulgação da Intenção de Registro de Preços, em razão da finalidade de tal procedimento, é perfeitamente cabível o seu afastamento, desde que haja justificativa adequada. No caso desta Administração, optou-se pela não divulgação do presente IRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, a qual poderia culminar na participação de outros órgãos da administração pública, levando esta Administração a qualidade de órgão gerenciador.

Catalão- GO, 31 de março de 2026.

Hugo Cesar de Oliveira Pedro

Membro da Equipe de Planejamento de Compras e
Contratações da Secretaria Municipal de Promoção e Ação Social
Município de Catalão – Goiás.

Aprovado por: Neusimar Teodora da Silva Rios
Secretária Municipal de Promoção e Ação Social.
Gestor (a) do Fundo Municipal de Assistência Social
Município de Catalão – Goiás.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

(Impresso em papel timbrado da empresa)

Apresentamos a nossa Proposta de Preços para a Formação de Registro de Preços para Futura e Eventual a aquisição de equipamentos de **ar condicionado e climatização**, incluindo o serviço de instalação integrada, compreendendo o a execução de fornecimento com serviço associado de todos os materiais, insumos, suportes, tubulações, adequações elétricas necessárias, mão de obra especializada e demais itens indispensáveis ao pleno funcionamento dos equipamentos, novos, de primeiro uso, com garantia e demais condições aqui estabelecidas, pelo período de 12 (doze) meses, a fim de atender as necessidades e demandas da Secretaria Municipal de Promoção e Ação Social e demais órgãos vinculados a essa secretaria como CRAS, CREAS, Morada da Criança, Abrigo do idosos e Cad único, visando assegurar condições adequadas de conforto térmico aos servidores e ao público visando assegurar condições adequadas de conforto térmico aos servidores e ao público atendido, pelo período de 12 (doze) meses, conforme estipulado no Edital, especificadamente no Termo de Referência (Anexo I).

| | | | |
|---|------------|----------|---------|
| Local e Data: | | | |
| Razão Social: | | | |
| CNPJ n.º: | | | |
| Referências Bancárias para pagamento: Conta n.º | | Agência: | Banco: |
| Endereço Completo: | | | |
| Telefone: | | | |
| Dados do Representante Legal | Nome: | | |
| | Endereço: | | |
| | Profissão: | RG n.º | CPF n.º |
| | E-mail: | Tel.: | Tel.: |

| <u>ITEM</u> | <u>ESPECIFICAÇÃO</u> | <u>MARCA DOS PRODUTOS OFERTADOS</u> | <u>UNIDADE DE MEDIDA</u> | <u>QUANTIDADE ESTIMADA</u> | <u>VALOR UNITÁRIO</u> | <u>VALOR TOTAL</u> |
|-------------|---|-------------------------------------|--------------------------|----------------------------|-----------------------|--------------------|
| 1 | Ar-condicionado Split Inverter, Capacidade mínima: 12.000 BTUs, Ciclo: Frio, eficiência energética: Classificação A/B, conforme normas vigentes do INMETRO, Recursos adicionais: função de capacidade de refrigeração adequada, Tipo de instalação: parede (split), alimentação: 220V Garantia mínima: 12 (doze) meses, fluido refrigerante: gas ecológico R410A e/ou R32; controle remoto: sem fio; conteúdo extra: manual em português, com instalação inclusa. | | <u>UNIDADE</u> | 18 | | |

| | | | | | | |
|---|--|--|--|----|--|--|
| 2 | tecnologia: inverter; ciclo: frio; capacidade térmica: 18 000 btus/h; número de velocidades: mínimo 3 velocidades; modo de operação: refrigeração e ventilação; função especial: temporizador + timer + swing; filtragem de ar: filtro antimaterias, fungos e ácaros; voltagem/frequência: 220v/60hz; classificação energética: classe A/B; fluido refrigerante: gás ecológico R410A e/ou R32; controle remoto: sem fio; conteúdo extra: manual em português; com instalação inclusa.. | | | 6 | | |
| 3 | Aparelho de ar condicionado Split e inverter, ciclo: frio; capacidade termica: 30000 BTUS; numero de velocidades: minimo 3 velocidades; modo de operacao: refrigeracao e ventilacao; funcao especial: temporizador + timer + swing; filtragem de ar: filtro antimaterias, fungos e acaros; voltagem/frequencia: 220v/60hz; classificacao energetica: classe A/B; fluido refrigerante: gas ecologico R410A e/ou R32; controle remoto: sem fio; conteudo extra: manual em portugues, com instalação inclusa. | | | 12 | | |

Declaramos,

a) O preenchimento das seguintes informações: descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação n.º 90010/2026.

- b) O prazo de validade **MÍNIMO** da proposta é de **60 (SESSENTA) DIAS**, contados a partir da data de sua apresentação e excluídos os prazos recursais previstos na legislação em vigor.
- c) Declaramos estar inclusos na proposta todos os custos diretos e indiretos, tais como impostos, taxas, obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeita a empresa.
- d) Somos cientes de que não será aceito o pedido para a alteração dos valores apresentados por meio desta proposta, sob a alegação de erro, omissão ou quaisquer outros pretextos, visto que a indicação e apresentação dos mesmos são de responsabilidade nossa;
- e) Temos capacidade técnico-operacional para fornecimento OU prestação de serviços, para os quais apresentamos nossa proposta.

Catalão, ____ de ____ de ____.

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Com carimbo da empresa)

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E AÇÃO SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E AÇÃO SOCIAL

A Secretaria ..., por intermédio do Fundo Municipal ..., inscrito no CNPJ sob n.º ..., com sede ..., Catalão/GO, CEP.: 75.707-270, por meio do seu gestor, Senhor ..., nomeado pelo Decreto n.º ..., portador da Matrícula Funcional n.º ..., residente e domiciliada nesta Cidade Catalão, Estado de Goiás, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS, visando Eventual Contratação de Empresa(s) para....., da Fundo Municipal de Assistência Social, como Órgão Gerenciador, durante o exercício de 2026/2027, oriundos do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º 90010/2026, tipo Menor Preço** , conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º 2025037474, sujeitando-se as partes à Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal n.º 1.877, de 20 de março de 2023, Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73, de 30 de setembro de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME n.º 79, de 12 de setembro de 2024, Instrução Normativa TCM/GO n.º 0009/2023 e legislação complementar aplicável.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços com vista à eventual contratação de empresa(s) para o , em conformidade com as especificações contidas no Edital do **Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º 90010/2026** e seus Anexos, que figuram como parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| FORNECEDOR (RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO, CONTATOS TELEFÔNICOS E ELETRÔNICOS – E-MAIL, REPRESENTANTE) | | | | | | |
|---|--------|-----|-----------------------------|------------------|-------------------|----------------|
| ITEM | QUANT. | UN. | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO | MARCA/FABRICANTE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| | | | | | | |

2.2. Cadastro Reserva da Ata de Registro de Preços

2.2.1. Está estabelecido, no Anexo I desta Ata, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

2.2.2. A ordem de classificação será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

2.2.3. A classificação a que se referem os itens 2.2.1, 2.2.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

2.2.4. As contratações as quais se referem esta cláusula serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e seus Anexos e neste Instrumento.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, poderá ser utilizada/aderida por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos, que não tenha participado do certame licitatório, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata (inclusive em situações de provável desabastecimento), demonstração que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei n.º 14.133/2021 e haja a concordância do fornecedor ou beneficiário da ata.

3.1.1. A Administração poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.1.2. Após a autorização da Administração, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.1.2. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pela Administração, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.2. O beneficiário do registro de preços, após a convocação formal por parte do órgão gerenciador do sistema, manifestará interesse em atender ou não à nova solicitação de acréscimo, desde que não comprometa o fornecimento das quantidades já registradas.

3.3. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o item **3.1** não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador

e para os órgãos participantes.

3.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o item **3.1** não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.5. Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

3.6. Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

3.7. Os Órgãos participantes do procedimento licitatório formalizarão seu pedido de fornecimento por meio de nota de empenho.

3.8. A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo –lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

3.9. Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento dos bens, observadas as condições do Termo de Referência e da própria Ata de Registro de Preços.

3.10. As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Licitação.

3.11. É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

4. VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços poderá ser formalizada com mais de um fornecedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação (cadastro reserva), na Ata de Vencedores do certame, que foi firmada mediante prévia negociação de

aceitabilidade de cotação do objeto em preço igual ao do licitante vencedor.

4.2. A Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

4.3. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

4.4. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.5. A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

4.6. A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Formalização da Ata de Registro de Preços

4.7. As Atas de Registro de Preços serão firmadas entre a Unidade Requisitante e as licitantes vencedoras.

4.7.1. Serão incluídos na Ata de Registro de Preços os licitantes que aceitarem cotar os bens em preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, bem como do licitante que mantiver sua proposta original, conforme o inciso VI do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.8. As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

4.9. A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se a Administração o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.

4.10. As licitantes remanescentes convocadas na forma do item anterior, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades

previstas pela recusa em assinar a Ata de Registro de Preços.

5. ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

1.1. Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua eventual atualização, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos materiais e insumos.

1.2. Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

1.2.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a unidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

1.2.1.1. Caso o fornecedor não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

1.2.1.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do item anterior, a unidade gerenciadora deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 2º do art. 98, do Decreto Municipal nº 1.877/23.

1.2.1.3. Não havendo êxito nas negociações, a unidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do art. 99, parágrafo 4º, do Decreto Municipal nº 1.877/2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

1.2.1.4. Caso haja a redução do preço registrado, a unidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observadas as disposições da Lei nº 14.133/21.

1.2.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa detentora da ata, mediante requerimento devidamente comprovado, não

puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do fornecimento do produto ou execução do serviço.

1.3. A Administração poderá cancelar o registro de preços do detentor, total ou parcialmente, observados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) descumprimento parcial ou total, por parte do detentor, das condições da ARP;

b) quando o detentor não atender à convocação para firmar as obrigações contratuais decorrentes do registro de preços, não retirar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

c) nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato decorrente da ARP;

d) nas hipóteses dos preços registrados não estiverem compatíveis com os praticados no mercado e o detentor se recusar a adequá-los na forma solicitada pelo órgão ou pela Administração, prevista no edital e na ARP;

e) por razões de interesse público, devidamente comprovado em processo administrativo próprio;

f) por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;

g) quando o detentor for suspenso ou impedido de licitar e contratar com a administração municipal;

h) quando o detentor for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública;

i) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a administração;

j) por ordem judicial.

1.3.1. A notificação do órgão ou da Administração para o cancelamento do preço

registrado será enviada diretamente ao detentor da ARP por ofício, correspondência eletrônica ou por outro meio eficaz, e no caso da ausência do recebimento, a notificação será publicada nos Diários Oficiais União, Estado ou Município, bem como em jornal diário de grande circulação, por interpretação analógica ao art. 112, inciso II do Decreto Municipal n.º 1.877/2023.

1.3.2. A solicitação do detentor para cancelamento do registro de preço deverá ser formulada por escrito, assegurando -se o fornecimento do bem registrado ou da prestação do serviço, por prazo mínimo de quarenta e cinco dias, contados a partir da comprovação do recebimento da solicitação do cancelamento, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificada e aprovada pela unidade gerenciadora.

1.3.3. O detentor poderá solicitar o cancelamento do preço registrado na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, bem como nas hipóteses compreendidas na legislação aplicável a que venham comprometer o fornecimento do bem ou prestação do serviço.

1.3.4. O cancelamento da ARP não afasta a necessidade de apuração de responsabilidade do detentor, quando este der causa ao cancelamento.

1.4. Seguindo o Decreto Municipal n.º 1.877/2023, art. 99, parágrafo 3º, não havendo êxito nas negociações nas hipóteses do preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não tenha condições de cumprir os termos e condições da ARP, caso a elevação dos preços no mercado tenha sido decorrente de fatos supervenientes e circunstâncias excepcionais devidamente comprovadas, poderá o órgão gerenciador promover a alteração dos preços registrados na ARP, desde que observadas as seguintes condições:

I – que o objeto da ARP configure bem ou serviço imprescindível para a Administração;

II – a apresentação de justificativa robusta e contextualizada da repercussão superveniente e relevante na cadeia de produção dos bens e serviços, afetando a formação de preços no mercado relevante;

III – seja realizada pesquisa de preços demonstrando a atualidade dos valores praticados no mercado;

IV – seja realizada dentro dos parâmetros e dos limites estabelecidos nos art. 124 e 125 da Lei n.º 14.133/2021.

6. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE E EXECUÇÃO

6.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/ Autorização), dentro do prazo de até 02 (dois) dias úteis.

6.2. A adjudicatária terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data da sua convocação, para assinar o termo de contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.3. O prazo supracitado poderá ser prorrogado por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso pela parte e, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração, pelo prazo máximo permitido em lei.

6.4. Se a vencedora se recusar, sem motivo justificado a assinar o termo de contrato ou aceitar o instrumento equivalente, dentro do prazo previsto, eis 02 (dois) dias úteis, caracterizará o descumprimento total da obrigação, decaindo o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital de Licitação e legislação pertinente.

6.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei n. ° 14.133/2021; vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital de Licitação.

6.6. As obrigações decorrentes da presente licitação estão previstas no Edital de Licitação.

6. PENALIDADES

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital de Licitação e Legislação pertinente.

6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

6.2. É da competência da Administração a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador as ocorrências previstas na Lei n.º 14.133/2021, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do Fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

7.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo ser houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

7.3. **A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.**

8. DO FORO

8.1. É competente o Foro da Comarca de Catalão – Go para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preços.

8.2. E por estarem justas e compromissadas, assinam a presente Ata, para todos os fins de direito, as partes.

Catalão, GO, aos ____ dias do mês de _____ de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR

**EMPRESAS
DETENTORAS DA ATA SRP**

ANEXO IV
CADASTRO DE RESERVA

ITEM I

| ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO | FORNECEDOR | CNPJ |
|-------------------------------|-------------------|-------------|
| 1º | | |
| 2º | | |
| 3º | | |